



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

GP 113 / 2022

Em 03 de março de 2022.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar o Projeto de Lei de minha autoria, que **“ALTERA O ANEXO VIII, DA LEI MUNICIPAL nº 5.170, de 17 de janeiro de 1995, E DÁ OUTRAS PRVIDÊNCIAS.”**, para apreciação de Vossa Excelência e de Seus Ilustres Pares.

Solicito que a apreciação da matéria se dê em **regime de urgência especial**, nos termos do Art. 61, § 4º da Lei Orgânica Municipal – LOM.

Na oportunidade, reitero protestos de elevada estima e consideração.

RUBENS BOMTEMPO

Prefeito



Exmo. Sr.

HINGO HAMMES

DD. Presidente da Câmara Municipal



JUSTIFICATIVA

Prezado Senhor

Considerando as fortes chuvas que assolaram parte do 1º e 2º Distritos de Petrópolis, impondo esforços financeiros ainda não quantificáveis, sobretudo, quanto à reestruturação dos logradouros, bairros e Centro Histórico, o que logrou no Decreto nº 33, de 15 de fevereiro de 2022;

Considerando o grave contexto de desabastecimento e de agudo comprometimento da atividade econômica, sobretudo, no Centro Histórico;

Considerando a necessidade de incremento das receitas municipais, e a necessidade de ampliar a arrecadação do Imposto Territorial Rural – ITR, de competência da União, que se encontra previsto na Carta Política de 1988, em seu inciso VI, do art. art. 153.

Nessa perspectiva, à guisa da previsão contida no inciso III, do §4º, do supramencionado artigo constitucional, a fiscalização, bem como a arrecadação do imposto em tela, é delegável aos municípios que assim optarem.

O Município de Petrópolis optou pela percepção de tais receitas e, para tal, possuía convênio vigente com a Receita Federal do Brasil, no tocante o exercício da competência fiscalizatória e arrecadatória, até o exercício de 2018.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

Contudo, em razão da não adequação da legislação municipal, receitas deixaram de ser percebidas pelo Erário.

O referido convênio foi denunciado mediante o Despacho Decisório nº 263 – DRF/Nova Iguaçu/RJ, de 24 de julho de 2017, tendo como fundamento a ausência de adequação legislativa municipal que outorgasse, expressamente, aos fiscais municipais a competência para fiscalizar e constituir crédito tributário.

Nessa perspectiva, vale ressaltar que não houve qualquer iniciativa local de atendimento à referida exigência.

Desta feita, o Município de Petrópolis foi excluído desde convênio, deixando, desde 2018, de perceber a integralidade das referidas receitas.

Assim, buscando reintegrar o Município ao referido convênio, demonstra-se necessário o encaminhamento do presente projeto de lei a fim de fazer a adequação da lei municipal, atribuindo competência aos fiscais tributários do município de Petrópolis, para fiscalizar, constituir e lançar os créditos tributários relativos ao ITR.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência e a seus Ilustres Pares, protestos de estima e consideração.

RUBENS BOMTEMPO

Prefeito



PROJETO DE LEI

**ALTERA O ANEXO VIII, DA LEI
MUNICIPAL nº 5.170, de 17 de
janeiro de 1995, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

Art. 1º Fica alterado o ANEXO VIII, da Lei Municipal
5.170, de 17 de janeiro de 1995, para incluir a seguinte atribuição:

“

(...)

ANEXO VIII

(...)

1. CLASSE: FISCAL TRIBUTÁRIO.

(...)

2. ATRIBUIÇÕES TÍPICAS:

(...)

**- Fiscalizar e constituir crédito tributário
mediante atividade administrativa plenamente
vinculada (lançamento).”**

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todos a quem o conhecimento da presente Lei competir, que a executem e a façam executar, fiel e inteiramente como nela se contém.

Gabinete do Prefeito de Petrópolis, em